

GESTÃO COMUNITÁRIA DE SANEAMENTO EM COMUNIDADES RURAIS: COOPERATIVISMO E OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

Luciano Cipriano da Silva, Maria Luiza Lins e Silva Pires

RESUMO

O presente trabalho analisa o projeto modelo de gestão comunitária de saneamento em pequenas localidades rurais da zona da mata de Pernambuco. Mais especificamente, este trabalho descreve o processo de criação/incubação de duas centrais cooperativas incumbidas, dentro do projeto, de gerir o sistema de saneamento da região da zona da mata pernambucana. Como está se dando o processo de implementação do projeto modelo de gestão comunitária e saneamento e quais as principais dificuldades enfrentadas nesse processo? Para responder a essas questões, estabeleceu-se um itinerário de pesquisa que dá particular destaque às políticas públicas voltadas para o meio rural, dentro da perspectiva de promoção da universalização do acesso ao abastecimento d'água e ao saneamento, na relação com o desenvolvimento local. A análise revelou as tensões, dificuldades e avanços presentes em cada etapa de execução do projeto, as disputas políticas para a escolha da equipe diretora das centrais, a destituição de um presidente eleito e a formação de uma nova chapa, a criação do estatuto e sua aprovação pelo conjunto dos sócios, o registro dos Estatutos em cartório e a instalação provisória dos grupos nas sedes das entidades. Também foi revelada a insatisfação da direção de ambas as centrais com a morosidade na conclusão do processo. Tal problemática constitui um laboratório para se refletir sobre as políticas públicas no Brasil, sobretudo sobre o caráter inconcluso de muitas delas. Nesse campo, reside a importância maior deste estudo.

Palavras-chave: Extensão Rural; Cooperativismo; Políticas Públicas.

COMMUNITY MANAGEMENT OF SANITATION IN RURAL COMMUNITIES: COOPERATIVES AND PROVISION OF PUBLIC SERVICES IN THE ZONA DA MATA REGION OF THE STATE OF PERNAMBUCO.

ABSTRACT

This paper analyses the project management model community sanitation in small rural towns in the forest Zone of Pernambuco. More specifically, this paper describes the process of creation / incubation of two central cooperatives empowered within the project, manage the sanitation system of the Zona da Mata. How are you getting the implementation process of project management model and community sanitation with respect to the creation and incubation of the central and the main difficulties in this process? To answer these questions, set up an itinerary of research that places particular emphasis on public policy, specifying the agenda focused on the social field within which bills itself as conventionally policy extension. The analysis revealed the tensions, difficulties and advances present at every stage of project execution, political disputes for choosing the staff director of the central, the removal of an elected president and a new plaque formation, the creation of the constitution and its adoption by all the partners, the registration of the Statutes in office and the installation of temporary seats in groups of entities. It was also revealed dissatisfaction direction of both central with the delay in completion of the process. This problem is a laboratory to reflect on public policies in Brazil, especially on the character of many of them unfinished. In this field, lies the greater importance of this study.

Key-words: Rural Extension; Cooperatives; Public Policy.

Luciano Cipriano da Silva. Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: luciano_sociologia@hotmail.com.

Maria Luiza Lins e Silva Pires. Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: marialuizapires@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o projeto modelo de gestão comunitária de saneamento em pequenas localidades rurais da zona da mata de Pernambuco. Mais especificamente, este trabalho descreve o processo de criação/incubação de duas centrais cooperativas¹ incumbidas, dentro do projeto, de gerir o sistema de saneamento da região da zona da mata pernambucana².

Tais centrais foram formadas no decorrer de um processo de criação/incubação de associações em torno das questões ligadas ao abastecimento de água e saneamento, formalizadas por meio da elaboração de um Estatuto e registro em cartório. De tal processo, foram constituídas a União das Associações de Serviços Comunitários da Mata Norte do Estado de Pernambuco (Unascope), com 23 associações coligadas e a central das Associações da Mata Sul de Pernambuco (Camaspe), incorporando 21 associações.

O projeto modelo de gestão comunitária de saneamento constitui uma política pública que vem sendo desenvolvida pela secretaria da agricultura e reforma agrária do governo do Estado de Pernambuco, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da zo-

na da mata de Pernambuco (Promata). Além do Promata, este projeto envolve a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (Fadurpe) e de duas ONGs definidas no Consórcio Synergia e Colmeia.

Com efeito, desde o ano 2000, a região da zona da mata do estado de Pernambuco tem sido *locus* de projetos de desenvolvimento sustentável no âmbito do projeto Territórios do Desenvolvimento (TD), por iniciativa do governo do Estado, através de ações do Promata,³ subsidiando atividades que, mais tarde, dariam origem ao projeto modelo de gestão comunitária de saneamento.

Estima-se que haja, no espaço rural brasileiro, um contingente de 23 milhões de pessoas que não dispõem de coleta ou tratamento de esgoto, o que corresponde a 75% da população que reside naquele espaço. Os impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes da falta de saneamento rural no país é uma questão que não pode ser negligenciada (Costa, Guilhoto, 2011).

Assim, o foco de atenção deste trabalho está centrado no processo de criação/incubação das centrais encarregadas da gestão dos sistemas de abastecimento e saneamento das 103 associações vinculadas ao projeto.⁴ As centrais, além de gerenciarem todo esse sistema, tam-

1 Houaiss (2001, p. 672-673) define uma central, como sendo, “uma instalação dotada de meios e equipamentos adequados aos fins para os quais foi planejada, construída e montada, visando abastecimento, distribuição e geração de recursos.” para fins desta pesquisa, a central ocupa a função de aglutinar e gerenciar o sistema de abastecimento e saneamento no meio rural.

2 A mesorregião da zona da Mata de Pernambuco está incrustada geograficamente entre a mesorregião do Agreste e a mesorregião metropolitana. A zona da Mata encontra em seus limites o Estado da Paraíba, ao Norte, e ao Sul, o Estado de Alagoas, sendo composta por 43 municípios, distribuídos em uma área de 8.432,40 km², e ocupando 8,6% do território pernambucano. Segundo dados do IBGE, o número de habitantes chegava, em 2000, a 1.207.274 ou 15,2% da população do Estado de Pernambuco (Andrade, 2003a).

3 Sobre o assunto, ver documento disponível em: http://www.promata.pe.gov.br/internas/zona_mata/perfil.asp.

4 Esse número inicialmente previsto no projeto sofreu algumas alterações com a saída de umas e adesões de outras associações, como será visto mais adiante.

bém teriam a missão de dialogar com o governo do Estado de Pernambuco e suas secretarias, bem como com as associações comunitárias.

Como está se dando o processo de implementação do projeto modelo de gestão comunitária e saneamento e quais as principais dificuldades enfrentadas para isso? Quais os desafios impostos aos seus futuros gestores?

Para responder a essas questões, estabeleceu-se um itinerário de pesquisa que dá particular destaque às políticas públicas voltadas para o meio rural, dentro da perspectiva de promoção da universalização do acesso ao abastecimento d'água e ao saneamento, na relação com o desenvolvimento local. A universalização dos serviços de saneamento básico, a coleta e tratamento adequados do esgoto e do lixo, e o manejo correto das águas das chuvas encontra apoio legal na Lei nº 11.445 de 2007, que estabelece as diretrizes gerais e a política federal de saneamento básico.

Com vistas à análise inicial desse projeto, foram delineadas, no processo de formalização do projeto, as entidades públicas envolvidas, com vistas à criação de um modelo de gestão partilhada por diversas associações locais.

A *démarche* metodológica instituída neste trabalho se apoiou num processo de observação e acompanhamento sistemático da implementação do projeto, por meio da participação nas reuniões da equipe gestora, nos eventos promovidos pelas entidades implicadas com o processo e, especialmente, nas oficinas de formação dos dirigentes das centrais. Em todas essas ocasiões, os dados foram obtidos por meio da observação e da realização de entrevistas com os gestores do projeto modelo de gestão comunitária - no caso o Promata, a Fadurpe e o

Consórcio Synergia e Colmeia – e com os futuros dirigentes das centrais. O acompanhamento de todo o processo de incubação e formação das centrais aconteceu nas cidades de Nazaré da Mata (Mata Norte) e de Ribeirão (Mata Sul), no momento em que se dava o processo de formação e incubação das centrais. Outros momentos também se constituíram como importantes fontes de coleta de dados, a exemplo do evento de encerramento das atividades do Consórcio Synergia e Colmeia, previsto no âmbito do segundo lote do Edital público licitado 001/2010, que ocorreu no dia 22 de setembro de 2011 na cidade do Recife. Ocasão esta que contou com a entrega de uma publicação intitulada “*Manuais para gestão de sistemas de saneamento rural* – educação ambiental, operação dos sistemas de saneamento e gestão financeira” que fora disponibilizada para todas as associações sob a responsabilidade do referido consórcio.

Este artigo discute, na primeira parte, as políticas públicas voltadas ao mundo rural, contextualizando-as com base em autores, como Callou (2007a) e Fonte (2010). Em seguida, situa o projeto modelo de gestão comunitária de saneamento no âmbito de uma política pública voltada ao mundo rural, contida numa perspectiva de universalização dos serviços de saneamento básico, formalmente instituída na lei nº 11.445 de 2007. Neste ponto, são apresentados os dados referentes às bases do projeto modelo de gestão comunitária e saneamento, os principais atores envolvidos, as influências teóricas e metodológicas, bem como o processo de mobilização para criação/incubação das centrais Unascope e Camaspe. Aqui também são descritos o processo de criação/incubação das centrais da Unascope e Camaspe, as

estratégias participativas adotadas para a definição do processo eleitoral, e a constituição do estatuto social das centrais. Finalmente, são delineados os desafios, contradições, avanços e limites encontrados no decorrer do estudo.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS, UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Deriva do termo “política” a expressão política pública, esta comumente utilizada para definir as ações do Estado na resolução dos problemas sociais. Com suas raízes ligadas às influências anglo-saxônicas, “politics” e “policy” expressam interpretações diferentes, como sublinha Schwartzman (2004, p. 175). Este autor esclarece que o termo “politics” está ligado à “disputa por cargos e negociação de interesses na sociedade,” enquanto que o termo “policy” refere-se à “implementação das ações governamentais específicas, na área de educação, saúde, meio ambiente, redução de pobreza, entre outras.”

Vale ressaltar que este entendimento se apoia na ideia de que as políticas públicas obedecem a uma lógica própria, requerem profissionais especializados e recursos definidos, além de outras ações que priorizem práticas participativas no desenvolvimento do projeto político, a exemplo da tomada de decisões. Ainda, segundo Schwartzman (2004), diferentemente desta tendência inglesa, a interpretação luso-brasileira não distingue a compreensão do termo “política,” sendo esta a expressão dos dois significados.

É fato, porém, que o desenvolvimento das políticas públicas não prescinde de uma agenda governamental que se pautem num con-

texto institucional mais amplo, como observa Schwartzman (2004, p.181):

A mediação entre a política e as políticas públicas é feita pelo estabelecimento de uma agenda, que resulta das condições mais gerais – econômicas, políticas, sociais – de uma época, bem como dos valores e percepções que permeiam a sociedade em cada momento.

Assim, esse contexto institucional tanto é capaz de inspirar agendas governamentais sob a égide e um modelo pautado na ordem e na segurança, a exemplo daquela instituída no período do governo militar, quanto em contextos marcados pelo esforço de garantir a democracia, o bem estar, a organização das contas públicas e as questões sociais, que definiu os governos pós-regime militar. (Schwartzman, 2004). No campo, a fase de Autoritarismo Burocrático, no período compreendido entre 1964 a 1974, foi, segundo Fonte (2010), marcada pelo processo de difusão de tecnologias e modernização a qualquer custo. Callou (2007a, p. 94) chama a atenção ao caráter “de difusora de inovações tecnológicas para o desenvolvimento da agricultura brasileira”.

Após analisar as principais agendas de políticas públicas desenvolvidas no Brasil, Schwartzman (2004) argumenta que é necessário considerar alguns fatores para a implementação de uma agenda de política pública. Dentre eles, destaca:

[...] as emergências de curto prazo, que precisam ser enfrentadas com realismo; as preferências e prioridades dos partidos, movimentos sociais e instituições com poder e capacidade de influência no governo e na

opinião pública; e a realidade econômica e social, com suas limitações e condicionantes, que não podem ser ignorados impunemente.

A articulação e a coerência no desenvolvimento da agenda social são identificadas como primordiais para sua aplicabilidade com o êxito que se espera, principalmente no que diz respeito à geração de emprego e de riquezas. Como já salientado, o contexto econômico, as forças políticas diversificadas no seio da sociedade, bem como as inquietações no contexto nacional e global interferem na definição e desenvolvimento da agenda de políticas públicas (Schwartzman, 2004).

Com efeito, a implementação de políticas públicas envolve pessoas e instituições portadoras dos mais diversos interesses. Do mesmo modo, a aplicabilidade das políticas públicas, desde a sua idealização à fase operativa, dialoga nos diferentes níveis de esferas de poder e de investimentos financeiros. Para Boneti (2007), este conjunto de atores ganha uma função relevante no confronto e pressão com os interesses dominantes. Assim, a inserção dos movimentos sociais e ONGs, enquanto representação política dos interesses das classes populares é, muitas vezes, utilizada como instrumento de troca política e instrumento de barganha para os agentes políticos (Boneti, 2007, p. 17).

Em se tratando de políticas públicas de desenvolvimento rural, o Brasil, ao longo dos anos, desenvolveu, através de suas “agendas políticas”, medidas que tinham, como intuito maior, dinamizar a agricultura, para um projeto agroexportador, tal como revelado Fonte (2010). A estudiosa situa historicamente as ações ou as agendas públicas para o rural bra-

sileiro e as organiza em seis fases: A primeira, de 1930 a 1945, fase marcada pela Presidência de Getúlio Vargas; a segunda, de 1945 a 1964, é identificada pela “democracia liberal populista;” a terceira, de 1964 a 1974, é marcada pelo regime militar inicial ou “autoritarismo burocrático”; a fase seguinte, de 1974 a 1985, é considerada como sendo o período da transição em que o governo militar perdeu com as constantes crises da época. A quinta fase, de 1985 a 1990, corresponde à Nova República e, finalmente, a sexta, que diz respeito à nova perspectiva de um período democrático e participativo.

O projeto modelo de gestão comunitária de saneamento, que se assenta numa proposta de concertação social entre os diversos atores envolvidos – poder público, organizações comunitárias e organizações não governamentais – com vistas ao desenvolvimento local, se relacionaria, dentro da análise de Callou (2007b), na ênfase dada a conceitos como desenvolvimento local e a sustentabilidade, hoje muito presentes nas políticas de Extensão Rural. Trata-se, como admite, uma proposta para união de forças, diante da globalização e do neoliberalismo da economia.

Como observa esse autor:

[...] é nesse cenário que surge o reiterado chamamento por parte do Estado para que as populações rurais participem dos processos de “concertação,” através de associações, sindicatos, conselhos, fóruns, entre tantas outras formas de organização social, como estratégia de desenvolvimento local. (Callou, 2007a, p.105)

É também neste contexto, segundo Calou, que se atribui grande importância à participação, como ferramenta capaz de permitir a criação de estratégias de luta diante da hegemonia global.⁵

Com efeito, a ideia de desenvolvimento local sustentável constitui a mola mestra do referido projeto, ao enfatizar a melhoria das condições de saúde da população rural, bem como o acesso a serviços básicos de saneamento, destacando questões como acesso ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, produção, coleta e tratamento de resíduos sólidos, além de uma preocupação especial e emergencial com a degradação ambiental dos recursos naturais e biodiversidade da mata atlântica disponíveis nas regiões da zona da mata pernambucana (Pernambuco, 2010, p. 41). Segundo Callou, é neste processo discursivo sobre o desenvolvimento local, que se definem as políticas públicas voltadas ao meio rural.

No âmbito dessa discussão, o projeto modelo de gestão comunitária de saneamento pode ser situado no conjunto de ações desenvolvidas pelo poder público, no sentido de universalizar o acesso ao sistema de saneamento e esgoto do conjunto de municípios brasileiros.

No governo Lula, por exemplo, sob a responsabilidade do ministério das cidades, foi lançada a campanha nacional “Plano de Saneamento Básico Participativo”. Fez parte des-

sa campanha a criação de uma cartilha para orientar entidades públicas estaduais, gestores municipais e associações locais na elaboração do referido plano de saneamento⁶. As recomendações se pautaram na Lei nº 11.445 de 2007, que estabelece as diretrizes gerais e a política federal de saneamento básico. Essa lei tem por princípio a universalização dos serviços de saneamento básico, a coleta e tratamento adequados do esgoto e do lixo, e o manejo correto das águas das chuvas. Ficou estabelecido que todas as cidades brasileiras deveriam elaborar os seus planos de saneamento básico até dezembro de 2010. De acordo com o artigo VIII do Capítulo I da referida Lei, a política também abrangeria as localidades de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias. Ainda neste capítulo, fica definida a possibilidade de gestão associada, aí incorporando a associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, como fica também instituída a possibilidade de controle social, garantindo à sociedade informações e participação nas políticas de planejamento e avaliação nos serviços públicos de saneamento básico. A intenção de proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados é ressaltado no artigo IV do IX capítulo (Lei 11.445/2007).

5 O desenvolvimento local passa a ser identificado como uma via privilegiada para a construção da sustentabilidade nos municípios. Segundo Santos (2003, p. 9), o desafio da satisfação das necessidades essenciais ou de base; o desafio econômico da capacidade empresarial e do emprego; o da revitalização dos vínculos sociais; o da relação do local com o mundial; e, finalmente, o desafio da participação, da democracia e do reconhecimento social constituem as cinco categorias necessárias para o desenvolvimento local.

6 A Cartilha intitulada “Plano de Saneamento Básico Participativo. Elabore o Plano de Saneamento de sua cidade e contribua para melhorar a saúde e o meio ambiente do local onde você vive” traz a Resolução Recomendada Nº 75 de 02 de julho de 2009 que estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo

Ressalta-se, entretanto, que a preocupação com o saneamento básico não é um dado novo nas políticas instituídas no país. Sem a necessidade de nos debruçar sobre o longo percurso das políticas de saneamento do país⁷, cabe-nos pontuar que, a partir da Constituição de 1988 foram definidas as competências dos municípios e da União concernentes à prestação de serviços tidos como essenciais, embora não estivesse claramente definida a universalização desse serviço. De acordo como o artigo 21 desta Constituição, inciso XX, cabe à União “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transporte urbano”. E, aos municípios, o dever de “organizar e prestar diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial” (artigo 30, inciso V). A todos juntos, porém - União, Estados, Distrito Federal e Municípios – cabe, de acordo com o artigo 23, inciso XX “promover programas de construção de moradia e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (Brasil, 1998).

Costa e Guilhoto (2011) chamam a atenção para os impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes da falta de saneamento nos espaços rurais do país e propõem, como saída, a adoção de fossa séptica biodigestor. Esse tipo de fossa, que não é apenas de coleta, mas de tratamento de dejetos do esgoto, poderia trazer, segundo admitem, grandes benefícios

ao mundo rural, com impactos sobre o conjunto da sociedade⁸.

Para Sabourin (2009) existe, no Brasil, uma série de iniciativas de manejo de recursos comuns e de produção de bens públicos sob a responsabilidade dos agricultores, fundados em relação de reciprocidade. A ação pública do Estado entra, nesse caso, como uma forma de estimular a criação e/ou fortalecer as ações existentes dentro de uma política de desenvolvimento rural territorial (*idem*). Tal perspectiva é, sem dúvida, muito elucidativa para a compreensão do projeto modelo de projeto modelo de gestão comunitária de saneamento em pequenas localidades rurais da zona da mata de Pernambuco aqui em apreço.

Ainda sobre esse assunto, Santos (2005, p.11) chama a atenção aos impactos da globalização sobre as formas de regulação estatal, expressos, dentre outras razões, na “erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil”. São questões que fazem com que as práticas sociais se caracterizarem como fruto de negociação conflitual, “entre rupturas e continuidades, entre novos riscos e velhas seguranças, entre mal-estares conhecidos e mal-estares desconhecidos, entre emergências e inércias” (Santos, 2005, p.11). Tal discussão nos leva a admitir, a semelhança de Sabourin (2009) que o projeto em apreço se constitui como mais uma tentativa de garantir a necessidade de prestação de serviços comunitários no mundo rural, num período de desengajamento do Estado dos seus compromissos reguladores.

7 Sobre esse assunto ver, dentre outros Lucena (2006) e Turolla (2002)

8 Os autores admitem que a implementação do biodigestor permitiria a redução de cerca de 250 mortes, 5,5 milhões de infecções de doenças diarreicas por ano no Brasil e que, a cada R\$ 1,00 investido, seria possível um retorno de R\$ 4,69 em produção e R\$ 2,55 em aumento do PIB.

2. O PROJETO MODELO DE GESTÃO COMUNITÁRIA DE SANEAMENTO

2.1. O EDITAL E O PROCESSO LICITATÓRIO

O projeto modelo de gestão comunitária de saneamento originou-se de um conjunto de ações e financiamentos do governo do Estado de Pernambuco e de instituições parceiras, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), iniciados desde o ano de 2007. O projeto insere-se dentre as ações desenvolvidas pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da zona da mata de Pernambuco (Promata).

Estas ações estiveram amparadas nas deliberações do Plano de Investimento Municipal (PIM),⁹ como instrumento de execução das intervenções do Promata. Com o PIM, foi possível discutir com as comunidades rurais algumas ações direcionadas ao desenvolvimento da mesorregião da zona da mata de Pernambuco. Destas ações, se desenvolveram programas para a melhoria econômica, empregabilidade, saneamento ambiental e abastecimento d'água, produção agrícola, coleta e tratamento de resíduos sólidos, gestão e proteção do meio ambiente, operacionalização e gestão dos equipamentos instalados pelos próprios usuários, dentre outras medidas voltadas ao desenvolvimento das áreas da zona da mata (Pernambuco, 2010, p. 41).

No âmbito dessas ações, o projeto modelo de gestão comunitária de saneamento foi amparado num processo licitatório da ordem

administrativa nº 052/2010 – de acordo com a Comissão Especial de Licitação (CEL) e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da zona da mata de Pernambuco (Promata) –, através da Concorrência Pública Nacional nº 001/2010, que previa a contratação de prestação de serviços de consultoria para implementação do modelo de gestão do projeto de saneamento rural da zona da mata de Pernambuco.

A Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (Fadurpe) e o Consórcio Synergia e Colmeia foram vencedores da concorrência pública. A Fadurpe ficou responsável pelo Lote 1 previsto no Edital, relacionado à incubação das centrais. Mais especificamente, cabiam à Fadurpe os serviços de capacitação e assessoria com vistas à implantação de dois empreendimentos coletivos, com uma metodologia própria de incubação.

O Consórcio Synergia e Colmeia, por sua vez, ficou responsável pelo Lote 2, do mesmo Edital. Este lote relacionava-se ao fortalecimento das Assecos e das Associações já existentes nas 103 comunidades rurais beneficiadas pelo Promata e Prorural, envolvidas com sistemas de saneamento (abastecimento de água e esgotamento sanitário) (Pernambuco, 2010, p. 46).

Vale ressaltar, nesse sentido, que o Edital do Promata buscou atender as demandas locais, trabalhando com as associações já constituídas, como também com aquelas associações criadas para esse fim específico, as denominadas Assecos, com o propósito de fortalecimento dessas associações no âmbito local, por meio de um processo formativo.

⁹ Este Plano de Investimento Municipal (PIM) é um instrumento de participação coletiva dos locais onde se pretende realizar investimentos públicos. Neste caso específico, o Promata por meio do PIM pode diagnosticar demandas no setor de saneamento nas áreas rurais. Cf. Filho e Braga, 2012.

A ideia que subsidiava os elementos relacionados à prestação dos serviços de saneamento e abastecimento de água presentes no edital teve, como base legal, a lei de saneamento 11.445/2007. Esta lei, segundo informa os requisitos e condições do edital – ordem administrativa nº 052/2010, concorrência pública nacional nº 001/2010, diz que:

[...] a gestão dos serviços de saneamento básico (deve estar voltada) para usuários organizados em cooperativas e associações em localidades de pequeno porte ocupadas, predominantemente, por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentam custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários (Pernambuco, 2010, p. 47).

Como previsto no edital, para que estes sistemas se mantivessem operando ao longo do tempo de maneira autossustentável, tornar-se-ia necessário, além da participação da população local e da sua autonomia no gerenciamento, o comprometimento inicial do poder público, de forma a garantir a execução das metas previstas. Com efeito, a ideia era a de que os sistemas fossem capazes de dar conta da complexidade que envolve a gestão do saneamento básico, além de estimular a participação popular dos atores locais em todas as fases do processo (Pernambuco, 2010, p. 49). Além disso, o edital sublinhava o compromisso de o governo de Pernambuco, a partir dessas ações, atender metas internacionais de acesso à água e ao esgotamento sanitário, conforme objetivo do milênio proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O processo de formação e incubação das centrais, sob a responsabilidade da Faturpe no âmbito do lote 1, como já sublinhado, envolvia a criação de dois empreendimentos cooperativos que, de acordo com o edital, estariam responsáveis pela gestão de uma rede de 52 Associações de Serviços Comunitários (Assecos) das Matas Norte e Sul de Pernambuco e 51 associações de pequenas comunidades rurais. Embora o edital tenha previsto um conjunto de 103 associações, esse número não foi atingido, limitando-se a 44 associações, nas matas norte e sul. Assim sendo, como definido no documento, tais centrais teriam o papel de interligar as associações, permitindo a construção de uma rede capaz de gerir o sistema e de angariar, ao mesmo tempo, o apoio necessário das instituições públicas (Pernambuco, 2010, p. 43).

A metodologia proposta baseava-se numa perspectiva construtivista,¹⁰ figurando como um elemento pedagógico importante para o desenvolvimento dos conjuntos de conhecimentos e beneficiários das ações. Vale ressaltar que estes beneficiários são os líderes e representantes das Assecos e outras lideranças locais, constituindo-se, assim, público-alvo do processo formativo da incubação das centrais. Essas lideranças, por sua vez, teriam o papel de multiplicadores da dinâmica formativa nas suas comunidades.

O processo pedagógico apoiava-se em quatro eixos principais: o primeiro referindo-se à necessidade de trabalhar a identidade da organização, dando ênfase à ideia de que os integrantes constituem atores partícipes de uma instituição com objetivos comunitários; o segundo referente à estratégia organizacional,

10 Para uma leitura mais aprofundada sobre o construtivismo e a sua metodologia de ação, conferir: Werneck (2006) em seu estudo sobre o processo de construção do conhecimento.

“incorporando o planejamento das decisões de médio e longo prazos, às oportunidades existentes nos territórios de atuação” (Pernambuco, 2010, p. 50); o terceiro eixo destaca os aspectos mercadológicos, aí incluindo aspectos de produtos e serviços em geral, promoção, preço e distribuição; d) por fim, o quarto eixo trata dos aspectos operacionais, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade do negócio coletivo e sua autonomia.

A partir destes quatro eixos pedagógicos, foram delineadas as ações para execução do processo de formação/incubação num espaço de tempo de 18 meses. Este período deveria contemplar três momentos previamente definidos: pré-incubação, incubação e desincubação.

No momento de pré-incubação, estimado pela Fadurpe para quatro meses de execução (FADURPE, 2010, p. 4), previa-se a realização de um Diagnóstico Participativo de Cooperativa (DPC) para cumprir as exigências do Edital. Este diagnóstico seria, portanto, um produto resultante da primeira etapa do processo de incubação/formação. O propósito do DPC era o de compreender as visões dos cooperados em relação ao empreendimento associativo. Apoiado na capacitação, assessoria e acompanhamento, o DPC sedimentaria a base para os passos seguintes da incubação, como previsto no documento.

Santos e Lima (2006, p. 45) destacam que esta etapa é importante para a compreensão do empreendimento que se quer desenvolver. Nesta fase, contemplou-se o nivelamento dos conhecimentos em torno da organização cooperativa e foram realizadas as oficinas sobre a legislação cooperativa e a elaboração do Estatuto Social, com vistas à criação da minuta de estatuto.

Estimado como parte constitutiva do segundo momento, o processo de incubação foi planejado para ser executado num período de 12 meses de formação, representando o momento de Consolidação Cooperativa (CCO). Este momento esteve também apoiado na capacitação relacionada às situações cotidianas vivenciadas pelas centrais. A capacitação dava-se concomitantemente com as ações de assessoramento para a formalização da criação das centrais, tanto em termos de elaboração do estatuto, como em termos de registro e demais documentos necessários para o funcionamento da instituição.

A fase de desincubação estava prevista para acontecer num período de quatro meses, abrangendo o momento de avaliação de todo o processo e a viabilização das ações demandadas para a operacionalização das centrais. Esse momento também estaria fortemente articulado ao processo de acompanhamento e assessoramento presente desde o início da incubação, estimado como um período propício para estímulo à formação de redes de cooperação entre as associações envolvidas na dinâmica de incubação.

De acordo com o edital, todas estas etapas deveriam gerar um produto ao final de suas atividades. Estariam, dentre esses produtos, o relatório do Diagnóstico Participativo de Cooperativa (DPC), a formação e a institucionalização do empreendimento cooperativo, entre outros.

Previo-se também, no edital, a contratação de um corpo técnico para compor o quadro funcional das centrais. Como também previsto no edital, este corpo técnico estaria sob a responsabilidade financeira da Fadurpe, por um período de 12 meses. tempo, segundo as estimativas, capaz de servir como alavancagem do negócio.

2.2. A ELABORAÇÃO DOS ESTATUTOS DAS CENTRAIS

A elaboração dos estatutos sociais das centrais ocorreu de forma concomitante e imediatamente após o processo de diagnóstico que definiu o tipo de empreendimento que seria adotado. Ficou decidido que seriam criadas duas associações inspiradas nos Sisars¹¹, Ceará. Elas foram assim nomeadas: União das Associações de Serviços Comunitários da Mata Norte do Estado de Pernambuco (Unascope) e Central das Associações da Mata Sul de Pernambuco (Camaspe). A elaboração dos estatutos sociais das centrais constituía, assim, o segundo produto definido no projeto modelo de gestão comunitária de saneamento, como já indicado neste trabalho.

A metodologia adotada atendia aos propósitos do edital, ao estimular a participação ativa do grupo na discussão e definição dos pontos importantes que deveriam estar contidos no modelo de estatuto. Foi assim que o grupo pôde influir mais facilmente no processo de elaboração dos estatutos, que embora iguais no seu formato, conservam as especialidades locais, como ressalta o discurso abaixo:

[...] a comunidade julgou, criticou, propôs alterações e tal. Foram várias oficinas até chegar a uma versão final compartilhada. Foi assim que o documento base foi trabalhado. Tanto é que o Estatuto de cada associação colocou sua característica local (Técnico 2).

O curso de formação previsto no processo de incubação transcorreu no período de

novembro de 2010 a fevereiro de 2011. As oficinas aconteciam simultaneamente, ainda que em dias alternados. As terças-feiras estavam reservadas à mata norte e as quintas-feiras, à mata sul. É importante destacar que a simultaneidade das ações e o cumprimento de um calendário não implicaram dinâmicas iguais. Havia particularidades e ritmos diferentes, mostrando que o grau de informação dos participantes, o tipo de coesão existente entre associados e futuros dirigentes das centrais, nível de participação e compromisso do grupo intervieram nos processos.

O processo decorrente da elaboração do estatuto social das centrais culminou com a definição dos representantes legais, tendo ocorrido de maneira muito particular em cada central. Ainda no momento da construção do estatuto social de cada central, foi conduzido um processo eleitoral para a formação das diretorias desses empreendimentos.

A Camaspe formou apenas uma chapa, envolvendo a representação de três Assecos e de sete associações. Este grupo foi eleito por aclamação, sem disputas internas e com uma clara aceitação do presidente eleito que, por sua vez, já era presidente de uma Asseco. É importante frisar que os participantes eram, na maioria dos casos, presidentes de outras associações locais. A Unascope, por sua vez, lançou duas chapas, tendo sido o seu processo eleitoral marcado por disputas e conflitos, diferentemente, portanto, do que aconteceu com a Camaspe.

No período de campanha das chapas concorrentes da Unascope, foram observados

11 Os Sistemas Integrados de Saneamento Rural (Sisars) tornaram-se referência de modelo de gestão no início da década de 1990, por se destacarem no cenário nacional como exemplo exitoso para a gestão de saneamento nas áreas rurais de alguns Estados no Nordeste brasileiro.

fortes embates políticos entre os seus candidatos à presidência, de tal modo que, com a vitória da chapa 1, integrantes da chapa 2 passaram a não mais comparecer às reuniões de formação e incubação da central. Fato curioso nesse contexto foi a constatação, segundo relatos, de que a chapa 2, que perdeu a eleição, não teria recebido votos de seus próprios integrantes.

Esta situação acirrava ainda mais o conflito com integrantes da chapa 2, descontentes com a aclamação do presidente da chapa 1. Para muitos, o presidente eleito não possuía os atributos necessários para o cargo, dado o temperamento instável que se atribui àquele representante. Por conta disso, o então presidente foi deposto do cargo, antes mesmo de que o seu nome se efetivasse em cartório, como primeiro presidente da Unascope no estatuto social.

Com a deposição do primeiro presidente, foi empossado o vice-presidente da chapa, que passou a constar do registro da Ata de formação da central Unascope, como primeiro gestor. Com esse desfecho, o antigo presidente deixou o grupo, não mais participando das demais reuniões.

Definidas as questões relacionadas ao processo eleitoral e à consolidação da direção da central, o percurso natural das atividades demandava o registro e a efetivação das centrais em cartório para oficialização das entidades e posterior obtenção de documentação para o seu funcionamento. Alegava-se sempre que, sem o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o grupo não poderia participar de ações públicas nem ser contemplado com o recebimento dos equipamentos para a sede, bem como com os veículos previstos no Edital licitatório da ordem administrativa nº 052/2010 – concorrência pública nacional nº 001/2010.

Este cenário se prolongou por cerca de três meses, a partir da instituição do novo presidente da Unascope e de seis meses para a Camaspe. Esta última, apesar de não ter tido percalços na eleição de sua diretoria, só definiu seu processo com registro e oficialização em cartório no primeiro semestre do ano de 2012.

No curso da oficialização do documento, foi observada uma grande dificuldade, em ambas as centrais, em recuperar as assinaturas e demais informações de cada componente da direção. Havia, tanto por parte da equipe gestora do projeto, como por parte da direção das centrais, a cobrança pela agilidade do processo. A primeira cobrava as lacunas ainda existentes no documento, a segunda queixava-se da morosidade do processo de registro e das promessas não cumpridas.

3. UNASCOPE E CAMASPE: AS EXPECTATIVAS DOS SEUS DIRIGENTES

Entre as questões surgidas no âmbito da gestão futura da Unascope e Camaspe, uma das principais inquietações observadas foi relativa à cobrança da taxa de consumo de água nas comunidades. Este foi um assunto recorrente nas discussões durante todo o processo de incubação das centrais. Na verdade, a cobrança de taxa para a manutenção dos serviços de abastecimento e saneamento precisaria ser viabilizada, por se tratar de uma condição *sine qua non* para o funcionamento e sustentabilidade do empreendimento.

Com efeito, os recursos iriam contribuir também para toda a operacionalidade do negócio em termos de aquisição de produtos essenciais, a exemplo de canos, cloro, bomba hidráulica, reparos, válvulas, caixas de descarga etc.

Apesar disso, a cobrança da taxa de serviço se constituía como a principal fonte de conflito. Isso porque estavam em jogo os vínculos pessoais e comunitários, que dificultavam a cobrança a um parente, amigo e vizinho. Outra dificuldade discutida no grupo e também ligada ao problema de taxação do serviço, dizia respeito ao jogo de influência político-partidária local.

As questões de como resolver o problema do corte e enfrentar situações de violência e ameaças moveram muitas das discussões durante o processo de formação, ficando definido que o corte da água seria atribuição das associações e não das centrais.

Somava-se às expectativas quanto ao futuro da central, a insatisfação dos dois presidentes eleitos referente a itens contidos no Edital e, até aquela data, ainda não contemplados, quais sejam: a) a formalização das centrais e entrega das sedes; b) a entrega dos veículos¹²; c) a disponibilização de materiais de serviços; d) a contratação de pessoas com conhecimento técnico pelo período de 12 meses e d) os ajustes das contas das Assecos, com relação a impostos e dividendos. Todos esses processos estavam em atraso, comprometendo o funcionamento das centrais e pondo em xeque a credibilidade do projeto.

A justificativa dada para a não efetivação dos itens acordados no edital era atribuída às

mudanças de secretarias do governo do Estado a que o projeto de saneamento esteve vinculado¹³ e também ao grande volume de chuvas que se abateu sobre as regiões, especialmente em 2011, comprometendo a conclusão das obras e consequentemente da entrega das sedes¹⁴.

Dentre os itens mencionados, o difícil processo de liberação do caminhão limpa-fossas era o que vinha suscitando maior inquietação junto aos gestores das centrais. Segundo técnicos do Promata, o caminhão não havia ainda sido entregue, por apresentar problemas de ordem jurídica de compra e transferência. Além disso, alegava-se também a dificuldade de se encontrar algum órgão que se responsabilize pela sua manutenção, dada a sua complexidade operacional e alto valor que aquele bem envolvia, cerca de 500 mil reais.

A situação do caminhão hoje é a seguinte: ninguém quer assumir. A Compesa disse assim: “eu não quero, porque isso não é um caminhão, é um problema. Ele é cheio de complexidades, é um veículo muito caro de manutenção, que requer uma licença ambiental, inclusive para circular. Os profissionais que vão trabalhar precisam de um treinamento especializado. O IPA não quer, a CPRH não quer. Estão tentando ver se a agência de águas e climas, que foi criada recentemente, se ela recebe o veículo” (Técnico 2).

12 Os veículos incluem duas motos e dois carros com tração 4x4 e um caminhão limpa-fossas de alta tecnologia, que seriam compartilhados pelas duas centrais.

13 A princípio, o referido projeto esteve submetido à Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Regional (Sedar) e, na conclusão do processo, esteve vinculado ao Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prorural), submetido à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária.

14 Até o término desta pesquisa, a Unascope já havia se instalado na sua sede - um espaço cedido no prédio da Agência Estadual de Meio Ambiente, antiga Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH), localizado na cidade de Nazaré da Mata - e já recebido alguns equipamentos fornecidos pelo Promata. A direção da Unascope, entretanto, não recebeu de bom grado o local da sede, considerando que, além de um espaço físico reduzido para a realização de reuniões com os representantes das associações afiliadas, ainda teriam que dividi-lo com pessoas estranhas ao grupo, no caso os técnicos da Agência Estadual do Meio Ambiente.

Além das dificuldades próprias de um veículo que envolve alta tecnologia e custos elevados de manutenção, havia ainda em que se pensar na forma de viabilizar uma prestação de serviço a duas regiões distintas, no caso a Mata Norte e a Mata Sul. Cogitava-se, assim, uma agenda previamente acordada de trabalho.

O preenchimento dos cargos técnicos e operacionais das centrais, cujo pagamento ficaria sob a responsabilidade da FADURPE por um período de 12 meses, também não foi realizado no tempo previsto, como já sublinhado. Registrou-se apenas a contratação de uma funcionária para a Unascope, quatro meses depois de instalada a sua sede. O que ainda era muito pouco quando consideradas as necessidades da central, como relatado pelo seu presidente:

[...] eu preciso de técnico de bomba, preciso de técnico de motor, preciso de técnico de eletricidade e preciso de assistência social para trabalhar neste ramo, para saber as necessidades da associação, para saber como é que está andando o sistema de esgoto e água e o sistema de informática para as tais contas.

Para os gestores do processo, as pendências relativas às contratações e as entregas dos veículos e equipamentos não seriam resolvidas num curto espaço de tempo, por conta da burocracia da administração pública. Assim, entre os avanços e recuos típicos das políticas públicas voltadas ao meio rural, o projeto modelo de gestão comunitária e saneamento vem se redefinindo nos seus objetivos e na sua capacidade de atender as demandas das comunidades da zona da mata norte e sul de Pernambuco. Nesse ínterim, por falta de apoio logístico, operacional e financeiro, apesar de formal-

mente constituídas, as centrais ainda não cumprem a sua missão *de interligar, articular e dar apoio às associações afiliadas localizadas no Estado de Pernambuco*. O futuro ainda incerto dessas organizações põe em xeque os recursos orçamentários do Estado, o trabalho e envolvimento dos gestores do projeto, o envolvimento da direção das centrais e as expectativas dos conjuntos dos atores envolvidos no processo.

CONCLUSÃO

Com o objetivo de analisar o desenvolvimento do projeto modelo de gestão comunitária e saneamento, enquanto política pública voltada ao meio rural, este trabalho avaliou o processo de incubação e criação das centrais na Mata Norte e Mata Sul do Estado de Pernambuco, Unascope e Camaspe respectivamente, a partir das dinâmicas organizacionais, bem como dos limites e avanços vivenciados nesse processo.

A ideia de criar uma central regional residia na inexistência de ofertas de serviços abastecimento e saneamento de pequenas localidades do espaço rural. Tal iniciativa seria, portanto, uma forma de intervenção do Estado para minimizar as carências por serviços desta natureza. As centrais, nesse caso, fariam a mediação entre as associações e o poder público, mais especificamente às entidades gestoras do projeto.

Grosso modo, e guardadas as devidas proporções, tais centrais poderiam adquirir, nas pequenas localidades da região da zona da mata pernambucana, um status semelhante à Companhia Pernambucana de Saneamento e Abastecimento (Compesa). Diferentemente daquele organismo solidamente estruturado, porém, as centrais seriam geridas pelo conjunto dos usuá-

rios organizados em associações. Seria, portanto, uma tarefa ousada e de grande envergadura, com características de outras formas de intervenção política na qual o Estado figura como um ator importante, mas não como único ator.

Para dar conta de um projeto de tamanha amplitude, o processo de criação das centrais fundamentou-se em três momentos: a pré-incubação, a incubação e a desincubação. Todos eles pautados numa metodologia, com forte estímulo à participação. Foi assim na ocasião de se pensar o formato jurídico que teria o empreendimento, foi assim também no lançamento das chapas da direção e no processo eleitoral e, principalmente, na definição das atribuições que teria cada um dos integrantes da direção.

Este último processo culminou com a elaboração do *Manual da Organização e de Procedimentos Operacionais*, instituindo os procedimentos relativos ao registro, controle de caixa etc, que a central deveria adotar.

No curso das investigações, foi possível identificar muitas tensões e conflitos próprios das relações sociais. Conflitos/tensões aqui definidos como uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos (Bobbio, 1998, p. 225). No caso em questão, além de escassos, os recursos eram muito disputados.

A reforma das sedes e a morosidade da formalização das centrais eram as questões permanentes das agendas em todos os encontros. Em meio a essas disputas e opressões daqueles que se comprometeram a dirigir um sistema complexo de abastecimento e saneamento, criavam-se novos consensos, acordos que passavam a figurar junto aos conflitos.

Pode-se dizer que a vivência acompanhada na Mata Norte, mais ainda do que na Mata Sul, foi um rico laboratório para se analisar a dinâmica participativa do grupo, as alianças, os acordos, as estratégias utilizadas, reforçando a perspectiva de Bordenave (1983, p. 12), ao estudar as influências do processo participativo como crescimento da consciência crítica da população, em que destaca o poder que a sociedade adquire no sentido de resolver seus próprios problemas sem grandes conflitos que lhe causem prejuízos.

Destacam-se, particularmente, o momento de disputa entre chapas opositoras no pleito da Unascope – Mata Norte, o abandono do convívio do grupo da candidata à Presidência da chapa derrotada, os impasses criados pelo presidente eleito, os dilemas da direção ante a possibilidade de permanência ou afastamento daquele presidente, e finalmente a nova posse do presidente eleito.

Foi constatado que as situações de conflitos vividas pelo grupo fizeram-no avançar no sentido de expor suas expectativas, preocupações e reivindicações.

É possível admitir que a constituição e formalização das centrais, a permanência dos integrantes do grupo inicial na direção, apesar das muitas promessas não cumpridas por parte do governo e o comprometimento desse grupo em torno da realização dos objetivos das centrais, constituem, muito possivelmente, o grande ganho deste processo.

As diversas etapas do projeto modelo de gestão comunitária de saneamento foram sedimentadas em bases participativas, favorecendo o empreendimento do grupo no que diz respeito aos embates estabelecidos com a equipe ges-

tora e com as definições que vem estabelecendo ao longo do processo.

No entorno local, na relação entre associação e comunidade, fizeram-se também presentes conflitos de outra natureza, a exemplo da dificuldade na cobrança da fatura de água e na interferência de algumas prefeituras, comprometendo a autonomia das associações.

No curso das investigações, foi possível também constatar que a execução do projeto modelo de gestão comunitária de saneamento teve que lidar com as situações das mais adversas, desde as chuvas intensas que provocaram enchentes em muitas áreas da zona da mata sul pernambucana, comprometendo a conclusão de obras de saneamento, até às políticas-institucionais decorrentes das mudanças de secretarias responsáveis pela liberação de recursos. _

Uma questão a ser pensada é se o grupo será suficientemente capaz de assegurar a sustentabilidade do processo. Noutros termos, significa indagar, será que o Estado foi capaz de regular sua desregulamentação, como já indicando nesse trabalho por Santos (2005)?.

A insatisfação com a não conclusão do processo é um dado que merece uma reflexão maior, cujos desdobramentos só poderão ser avaliados mais adiante, num outro momento da pesquisa. De todo modo, estima-se que a continuidade e o fortalecimento desse processo aconteciam *pari passu* com a liberação dos equipamentos, dos veículos, e dos recursos financeiros destinados ao projeto.

O sucesso de várias experiências espalhadas em pequenas localidades, o envolvimento dos dirigentes das centrais com algumas dessas experiências e o comprometimento do grupo com a missão de gerir um processo de abas-

tecimento em locais desprovidos deste serviço possivelmente constituirão como estímulo à continuidade do processo. A vontade política do Estado no cumprimento do Edital e, por outro lado, a resistência e tolerância do grupo em lidar com a morosidade do processo serão balizadores do êxito do projeto, indicando o nível do que Bordenave (1983) chama de “lealdade comprometida com a organização”. A pergunta que se faz é a seguinte: O processo participativo com que se deu a formação dos dirigentes e a constituição das centrais será capaz de sinalizar meios para superar a falta de estrutura logística e financeira de modo a garantir a condução das atividades? Ou, dito de outra forma, as centrais, ainda que formalmente instituídas, serão capazes de cumprir a sua missão?

Trabalho recebido em 20/10/2013

Aprovado para publicação em 02/04/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. *Atlas Escolar de Pernambuco*. João Pessoa, PB:GRA-FSET, 2003a.

BOBBIO, N. MATEUCCI, N. PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Trad. VAMALE, C. et. al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª edição, 1998.

BORDENAVE, Juan Diaz. *O que é Participação*. [1983;1994] 3ª reimpressão 1998.

BONETI, Lindomar. *Políticas Públicas Por Dentro*. 2ª ed.: Ijuí – Rio Grande do Sul. Editora: UNIJUÍ, 2007. 96p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de*

1988. São Paulo: Saraiva, 1998.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Extensão Rural, Polissemia e Memória*. Recife: Bagaço, 2007a, 118p.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Extensão Rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local*. Revista UNIRCOOP, Vol. 5, Université de Sherbrooke, Québec, Canadá, 2007b, 164 – 183p.

MINISTÉRIO das Cidades. Cartilha Plano de Saneamento Básico Participativo. http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pn-cpr/Cartilha_Plano_de_Saneamento_Basico_Participativo.pdf. Capturado em 29.05.2015.

COSTA, Cinthia Cabral da. GUILHOTO, Joaquim José Martins (2011). *Impactos sociais, econômicos e ambientais da melhoria no saneamento básico rural no Brasil*. Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional da Economia Econômica realizado no período de 04 a 08 de outubro em Brasília, 22 p.

FADURPE, Fundação A. S. *Metodologia de Implementação*. Centrais de Gerenciamento do Sistema de Saneamento em Pequenas Localidades Rurais da Zona da Mata de Pernambuco. 2010.

FONTE, Eliane da. *As Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil a Partir de 1930*. In. Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas. SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. (orgs). 2ª ed.: Recife, Editora Universitária – UFPE, 53 – 78p.

FILHO, Mauro Normando M. B. BRAGA, Maria do Carmo de A. *Experiências na Elaboração de Planos Diretores Participativos na Mesorregião da Mata Pernambucana*. Disponível em: <http://www.esuda.com.br/revista/final/artigos/Barros-Filho_Braga.pdf> Acesso em: 20 de jun 2012.

HOUAISS, Antônio. VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: objetiva, 2001. 672-673p.

LUCENA, Andréa Freire de (2006). *As políticas públicas de saneamento básico no Brasil: Reformas institucionais e investimentos governamentais*. Revista Plurais, Vol. 1, No 4. <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/view/71>.

PERNAMBUCO. *Secretaria de Planejamento e Articulação Regional – SEDAR*. Contratação de Prestação de Serviços de Consultoria para Implementação do Modelo de Gestão do Projeto de Saneamento Rural da Zona da Mata de Pernambuco, no Âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA, Parcialmente Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Processo Administrativo Nº 052/2010 – Cel/Promata Concorrência Pública Nacional Nº 001/2010 – Cel/Promata. Disponível

em<http://www.promata.pe.gov.br/internas/upload/licitacao/279_CPN%20001%2010.pdf> Acesso em 05 de maio de 2011.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In. SCHNEIDER, Sérgio. *A diversidade da agricultura familiar*. 2ª

ed. Porto Alegre: Editora daUFRGS, 2009, 219 – 243 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Globalização e as ciências sociais*. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2005.

SANTOS, Maria Salett Tauk. LIMA, Conceição M. D. *Cooperativismo no Desenvolvimento Local: a recepção popular da Incubadora Tecnológica de Cooperativas da Universidade Federal Rural de Pernambuco*. In. SANTOS, Maria Salett T. CALLOU, Angelo Brás F. (Orgs.). *Associativismo e Desenvolvimento Local*. Recife, PE, Editora: Bagaço, 2006.

SHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 208p.

TUROLLA, Frederico A (2002). *Política de Saneamento Básico: avanços recentes e opções futuras de políticas públicas*. Distrito Federal, IPEA. *Texto para discussão nº 922*. 29 p.